

## **93 anos do voto feminino no Brasil: Estudos de Ciência, Gênero e Representatividade**

**Julie Idália Araujo Macêdo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (juliidalia@yahoo.com.br)

**Buena Bruna Araujo Macêdo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (buenabruna@yahoo.com.br)

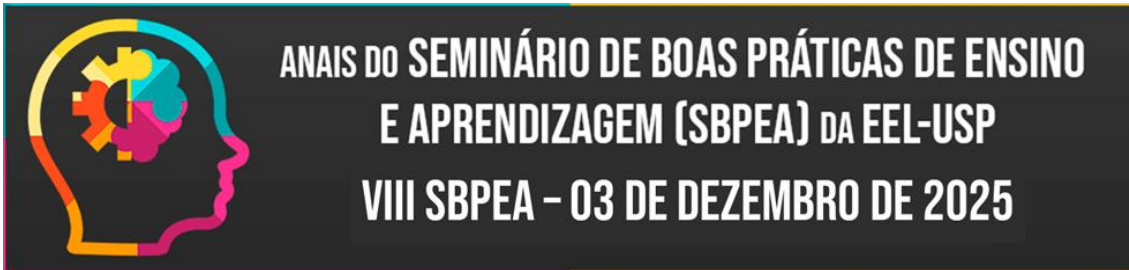
### **Resumo**

Em 2022, o Brasil celebrou 90 anos da conquista do voto feminino, marco histórico que simboliza avanços sociais e desafios persistentes na equidade de gênero. Este estudo analisa a participação feminina na política e nas áreas de ciência e tecnologia, considerando os impactos da representatividade na transformação de estruturas sociais e acadêmicas. A pesquisa é qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica. No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destaca-se o Bacharelado em Ciências e Tecnologia, curso inovador ao propor discussões sobre Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) nas áreas das ciências exatas, colocando em evidência a mulher e as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento científico. Essa abordagem interdisciplinar rompe com perspectivas tradicionais, valoriza a diversidade e promove uma formação crítica, inclusiva e socialmente comprometida. Os resultados indicam que, embora as mulheres representem mais da metade do eleitorado brasileiro, sua presença em cargos de decisão política e acadêmica ainda é limitada, e sua participação em cursos de ciências exatas e engenharias permanece minoritária. Conclui-se que os Estudos CTS, aliados às análises de gênero, permitem compreender a ciência como prática social situada e contribuem para promover equidade e inovação na sociedade.

**Palavras-chave:** Gênero, Voto Feminino, Representatividade, CTS, Educação.

### **Abstract**

In 2022, Brazil celebrated 90 years of women's suffrage, a historic milestone that symbolizes social advances and persistent challenges in gender equality. This study analyzes female participation in politics and in the fields of science and technology,



considering the impacts of representation on the transformation of social and academic structures. The research is qualitative, based on documentary analysis and bibliographic review. In the context of the Federal University of Rio Grande do Norte, the Bachelor's Degree in Science and Technology stands out as an innovative course that proposes discussions on Science, Technology, and Society (CTS) Studies in the exact sciences, highlighting women and the power relations that permeate the production of scientific knowledge. This interdisciplinary approach breaks with traditional perspectives, values diversity, and promotes critical, inclusive, and socially committed education. The results indicate that, although women represent more than half of the Brazilian electorate, their presence in political and academic decision-making positions is still limited, and their participation in exact sciences and engineering courses remains in the minority. It is concluded that STS studies, combined with gender analysis, allow science to be understood as a situated social practice and contribute to promoting equity and innovation in society.

**Keywords:** Gender, Women's Suffrage, Representation, CTS, Education.

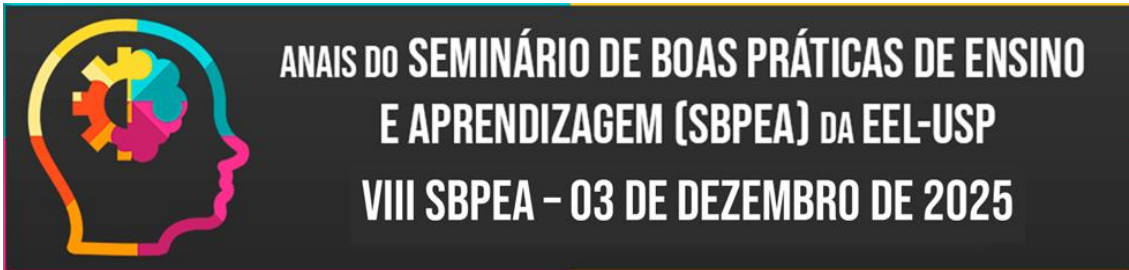
### **Resumen**

En 2022, Brasil celebró los 90 años de la conquista del voto femenino, un hito histórico que simboliza los avances sociales y los retos persistentes en materia de igualdad de género. Este estudio analiza la participación femenina en la política y en los ámbitos de la ciencia y la tecnología, teniendo en cuenta los impactos de la representatividad en la transformación de las estructuras sociales y académicas. La investigación es cualitativa, basada en el análisis documental y la revisión bibliográfica. En el contexto de la Universidad Federal de Río Grande del Norte, destaca la Licenciatura en Ciencia y Tecnología, un curso innovador que propone debates sobre Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS) en las áreas de las ciencias exactas, poniendo de relieve a la mujer y las relaciones de poder que atraviesan la producción del conocimiento científico. Este enfoque interdisciplinario rompe con las perspectivas tradicionales, valora la diversidad y promueve una formación crítica, inclusiva y socialmente comprometida. Los resultados indican que, aunque las mujeres representan más de la mitad del electorado brasileño, su presencia en puestos de decisión política y académica sigue siendo limitada, y su participación en cursos de ciencias exactas e ingeniería sigue siendo minoritaria. Se concluye que los Estudios CTS, junto con los análisis de género, permiten comprender la ciencia como una práctica social situada y contribuyen a promover la equidad y la innovación en la sociedad.

**Palabras clave:** Género, Voto femenino, Representatividad, CTS, Educación.

## **1. INTRODUÇÃO**

O direito ao voto feminino no Brasil foi oficialmente conquistado em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral (Decreto nº 21.076), que assegurou às mulheres o

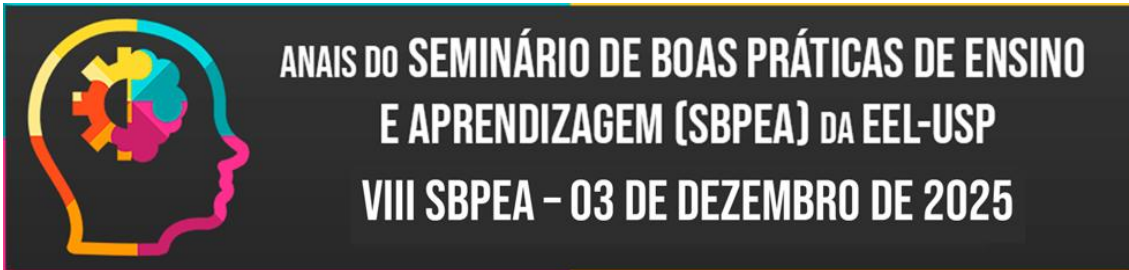


direito de votar e serem votadas. Entretanto, antes mesmo dessa legislação nacional, a cidade de Mossoró (RN) destacou-se como pioneira na luta pela participação política feminina, ao permitir, em 1928, que mulheres exercessem o voto. Entre elas, a professora Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira eleitora do Brasil, amparada pela Lei Estadual nº 660, sancionada pelo então governador Juvenal Lamartine. Esse episódio representou um marco simbólico da luta das mulheres por reconhecimento político e igualdade de direitos no país.

Em 2022, o Brasil celebrou 90 anos da conquista do voto feminino, marco histórico que simboliza avanços sociais e desafios persistentes na busca pela equidade de gênero. Apesar das conquistas alcançadas ao longo das últimas décadas, a presença das mulheres em cargos eletivos, posições de liderança acadêmica e nas áreas das ciências exatas ainda é desigual. As relações de gênero continuam a influenciar oportunidades de participação e trajetórias profissionais, refletindo assimetrias históricas na forma como o conhecimento científico e tecnológico é produzido, validado e reconhecido.

Nesse contexto, os Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) oferecem um referencial teórico e crítico para compreender como o conhecimento e a ciência são socialmente situados, e de que modo as relações de gênero influenciam a produção científica, o acesso à educação e a ocupação de espaços de poder (Haraway, 1988; Santos, 2006; Cabral, 2015). A integração entre gênero e CTS permite problematizar a exclusão histórica das mulheres da ciência e da política, bem como analisar o impacto da representatividade feminina na transformação das estruturas sociais e acadêmicas.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar a participação feminina na política, no acesso à educação e nas áreas de ciência e tecnologia no Brasil, considerando os impactos da representatividade na transformação de estruturas sociais e acadêmicas. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental, dados estatísticos sobre participação política e escolaridade, além de revisão bibliográfica sobre Estudos CTS e estudos feministas.

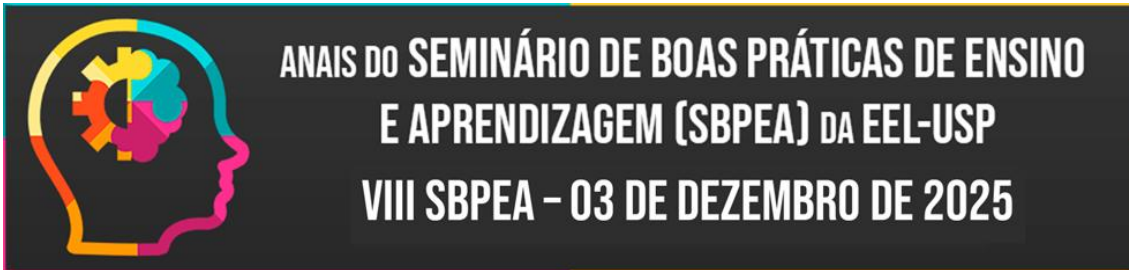


O Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) constitui um exemplo relevante dessa interface entre formação científica e reflexão crítica sobre gênero e sociedade. Criado pela Resolução nº 083/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em 27 de maio de 2008, com a primeira turma implantada no semestre 2009.2, o curso foi concebido como uma formação de primeiro ciclo, de caráter interdisciplinar, alinhada às diretrizes do Programa REUNI (2007) e inspirada em experiências internacionais, como o Processo de Bolonha e os *colleges* estadunidenses, que valorizam a formação generalista e a autonomia estudantil.

Os Estudos CTS ocupam posição central na estrutura curricular do BCT, oferecendo aos discentes ferramentas conceituais e metodológicas para compreender ciência, tecnologia e educação como práticas sociais situadas, influenciadas por contextos culturais, políticos e históricos. Esse referencial possibilita problematizar os impactos éticos, ambientais e sociais do desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecendo a consciência crítica, a formação cidadã e o comprometimento com a equidade e a inovação.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (UFRN, 2023), o BCT contempla duas disciplinas obrigatórias diretamente vinculadas à abordagem CTS — Ciência, Tecnologia e Sociedade I e II — que abordam temas como história da ciência, ética, tecnologia e desenvolvimento, relações de gênero e diversidade. Além delas, há componentes curriculares optativos que ampliam o diálogo entre ciência, tecnologia e sociedade, incluindo Ética em Ciência e Tecnologia, Política Científica e Tecnológica, Tecnologias Sociais e Relações de Gênero em Ciência e Tecnologia.

Essas iniciativas demonstram o compromisso institucional da UFRN com uma formação científica crítica e interdisciplinar, capaz de integrar dimensões sociais, éticas e culturais à prática científica. Assim, a partir da análise da trajetória histórica da participação feminina e do papel formativo dos estudos CTS, busca-se compreender de que maneira a representatividade e a inclusão contribuem para a transformação das



estruturas sociais e acadêmicas e para a consolidação de uma ciência mais plural, democrática e inovadora.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Gênero e Representatividade**

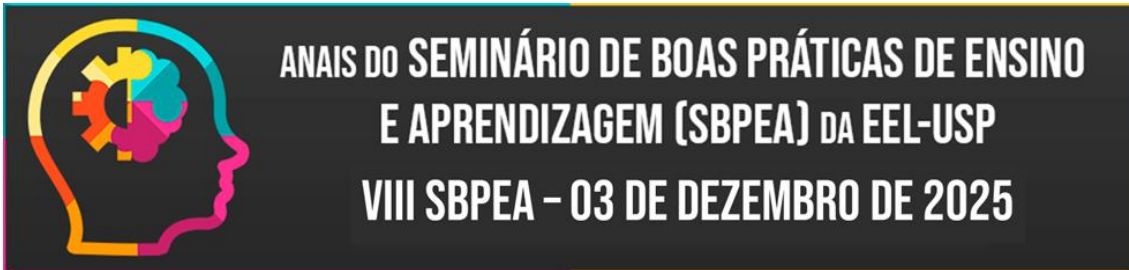
Os estudos feministas evidenciam que as desigualdades de gênero resultam de construções históricas, sociais e culturais que limitaram a presença e a atuação das mulheres em diferentes espaços de poder, como a política, a ciência e a tecnologia (CABRAL, 2015). Durante séculos, a produção de conhecimento e a ocupação de cargos de liderança foram estruturadas a partir de padrões masculinos, que associaram competência, racionalidade e autoridade a atributos tidos como próprios dos homens.

A noção de representatividade ultrapassa a mera presença simbólica das mulheres nesses espaços: ela implica participação efetiva nos processos de decisão, formulação de políticas públicas e construção de saberes. A presença feminina em posições de destaque modifica as dinâmicas de poder, introduz novas perspectivas e promove práticas mais inclusivas e democráticas.

Autores como Scott (1995) e Butler (1990) defendem que o gênero é uma categoria relacional, construída nas interações sociais, e que as desigualdades decorrem da naturalização de papéis sociais e hierarquias simbólicas. Assim, discutir gênero e representatividade é reconhecer que a exclusão das mulheres da ciência, da política e da gestão não é um dado natural, mas uma consequência de estruturas sociais e culturais excludentes. A representatividade feminina, portanto, constitui não apenas uma questão de equidade, mas um fator transformador que promove a democratização do conhecimento e a reconfiguração dos paradigmas de poder.

### **2.2 Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)**

Os Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) surgem como um campo interdisciplinar que questiona a neutralidade da ciência e da tecnologia,



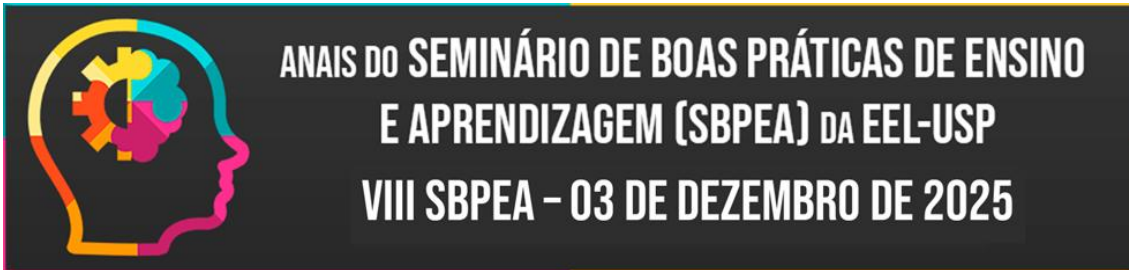
compreendendo-as como práticas sociais historicamente situadas e moldadas por valores, interesses e relações de poder (Santos, 2006; Haraway, 1988). Essa perspectiva rompe com a visão positivista de que o conhecimento científico é universal e desvinculado de contextos sociais, ao destacar que toda produção de saber reflete condições históricas e culturais específicas.

Ao aproximar os Estudos de Gênero do campo CTS, evidencia-se como a ciência moderna foi construída sobre bases androcêntricas, que privilegiaram a visão masculina do mundo e marginalizaram as contribuições das mulheres. Haraway (1988), filósofa feminista, ao formular o conceito de “conhecimento situado”, argumenta que todo conhecimento é produzido a partir de uma posição social e histórica determinada. Reconhecer essa parcialidade não enfraquece a ciência, mas a torna mais crítica e plural, abrindo espaço para perspectivas diversas que ampliam a compreensão da realidade.

O referencial CTS possibilita compreender a ciência, a tecnologia e a educação como práticas sociais situadas, influenciadas por contextos culturais, políticos e econômicos. Essa abordagem revela que a formação científica e tecnológica é atravessada por valores e estruturas que podem tanto reproduzir desigualdades quanto promover transformações sociais. Ao incorporar o debate de gênero, o campo CTS amplia seu alcance crítico, permitindo analisar como a inclusão de mulheres e outras identidades historicamente marginalizadas contribui para a inovação, a justiça social e a democratização do conhecimento científico.

### **2.3 Gênero, CTS e Educação**

A articulação entre Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade oferece importantes contribuições para o campo educacional, especialmente no que se refere à formação crítica e inclusiva de estudantes e profissionais. A educação, entendida como prática social e cultural, desempenha papel central na reprodução — ou na desconstrução — de estereótipos de gênero que influenciam o acesso e a permanência de mulheres em áreas científicas e tecnológicas.



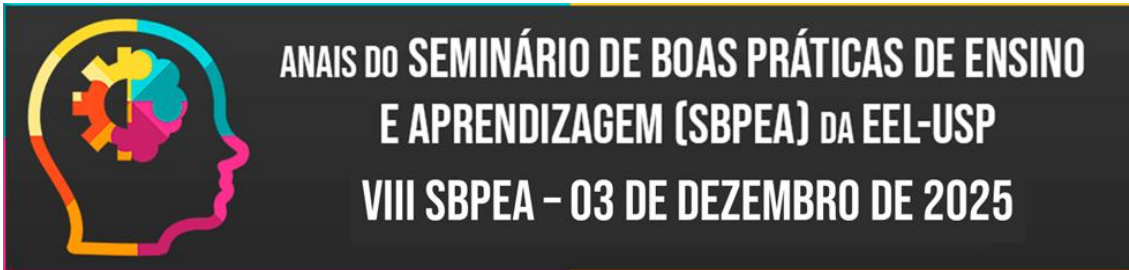
Sob a perspectiva dos Estudos CTS, o ensino de ciências deve ultrapassar o enfoque técnico-instrumental e considerar as dimensões éticas, políticas e sociais do conhecimento. Ao integrar as discussões de gênero, a educação passa a reconhecer que a produção científica e tecnológica é permeada por relações de poder e que a diversidade de experiências e perspectivas enriquece o processo de aprendizagem.

A incorporação de práticas pedagógicas baseadas na equidade e na representatividade contribui para romper barreiras históricas e estimular a participação de meninas e mulheres em espaços científicos, acadêmicos e de gestão. Dessa forma, o diálogo entre Gênero e CTS permite compreender a educação como campo estratégico para a promoção de justiça cognitiva, emancipação social e cidadania científica, fortalecendo o compromisso da ciência com a diversidade e com o desenvolvimento humano sustentável.

#### **2.4 Participação Feminina nas Ciências, Tecnologia, Inovação e Política**

A presença feminina nos campos da ciência, tecnologia, inovação e política representa não apenas uma questão de equidade, mas também de transformação epistemológica e social. Historicamente, as mulheres foram marginalizadas dos espaços formais de produção do conhecimento científico, sendo excluídas de laboratórios, universidades e academias científicas até meados do século XX. Essa exclusão não se deveu à falta de competência, mas a um modelo de ciência androcêntrico, que definiu a racionalidade e a objetividade como atributos masculinos, relegando às mulheres o campo do emocional, do doméstico e do cuidado (Haraway, 1988; Santos, 2006).

Nos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), a ciência é compreendida como prática social situada, moldada por valores, instituições e contextos históricos. Donna Haraway (1988) propõe a noção de “conhecimento situado”, segundo a qual toda produção científica é influenciada pelas condições sociais e políticas de quem a produz. Assim, reconhecer a presença e a voz das mulheres nas ciências e na política é também reconhecer novas formas de construir o saber e pensar a tecnologia a partir de perspectivas diversas, plurais e inclusivas.



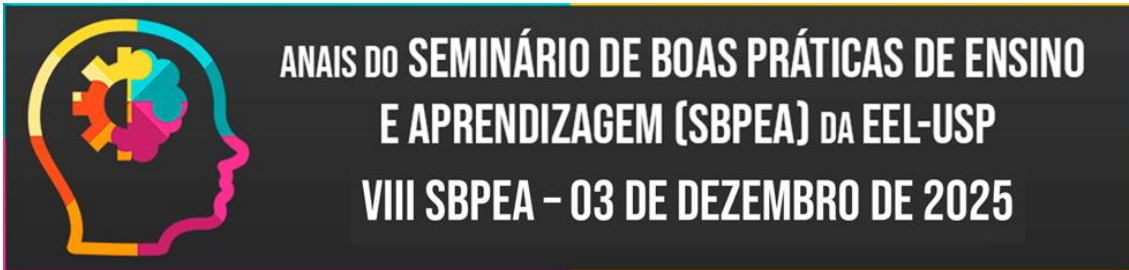
No Brasil, apesar dos avanços nas últimas décadas, os indicadores de participação feminina ainda revelam profundas desigualdades estruturais. Em 2022, as mulheres representavam cerca de 52% do eleitorado, mas ocupavam apenas 15% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 13% do Senado Federal (TSE, 2024). Na gestão executiva, apenas sete estados brasileiros eram governados por mulheres em 2025 — Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal — evidenciando um avanço tímido diante da sub-representação histórica.

No âmbito científico, a presença feminina cresce, mas ainda de forma desigual. Dados do CNPq e da UNESCO apontam que as mulheres representam cerca de 45% dos pesquisadores no Brasil, mas sua participação em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) ainda não ultrapassa 30%, refletindo estereótipos de gênero e barreiras culturais persistentes (Cabral, 2015; Lombardi, 2005). A sub-representação em posições de liderança científica — como coordenações de grupos de pesquisa, pró-reitorias e reitorias — reforça a necessidade de políticas afirmativas e ambientes institucionais inclusivos.

Essas conquistas, embora pontuais, refletem o impacto das políticas de equidade e do debate feminista dentro das universidades e agências de fomento. Tais ações se alinham à perspectiva CTS, que defende uma ciência comprometida com a diversidade epistemológica, a justiça cognitiva e o protagonismo social.

A presença feminina na política e na ciência é, portanto, um indicador de inovação democrática. Ao ocupar espaços de decisão e de produção de conhecimento, as mulheres introduzem novos temas, metodologias e prioridades, redirecionando a agenda pública e científica para questões de cuidado, sustentabilidade, equidade e transformação social. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2006), “não há justiça social sem justiça cognitiva” — e a inclusão das mulheres na ciência e na política é condição essencial para ambas.

### **3. MÉTODO**



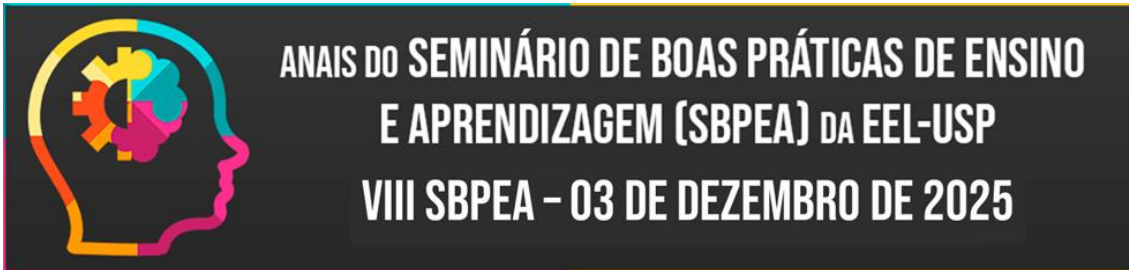
Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada na análise de documentos institucionais, dados estatísticos e revisão bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva busca identificar, registrar e analisar as características de um fenômeno sem, necessariamente, interferir nele, enquanto a pesquisa qualitativa, conforme Triviños (1987), permite compreender a realidade social a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos e dos contextos em que as ações ocorrem.

A investigação foi organizada em três etapas principais. Na primeira, realizou-se uma revisão teórico-conceitual sobre os Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e as teorias feministas, com base em autoras e autores como Haraway (1988), Santos (2006), Cabral (2015) e Ribeiro (2017). Essa etapa permitiu construir um referencial crítico sobre a ciência como prática social situada e sobre a importância da representatividade de gênero na produção do conhecimento.

Na segunda etapa, foram analisados documentos institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialmente o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT) e registros sobre sua composição docente e discente, visando identificar como as discussões sobre gênero e CTS são incorporadas ao currículo e às práticas acadêmicas.

Na terceira etapa, realizou-se a análise de dados secundários, com base em informações de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para examinar a participação feminina no eleitorado, no ensino superior e nas áreas de ciência e tecnologia.

A interpretação dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), buscando identificar recorrências, tensões e avanços nas representações de gênero no contexto acadêmico e político. Essa abordagem metodológica possibilitou articular empiricamente as discussões sobre gênero, CTS e políticas educacionais, evidenciando



o papel do BCT/UFRN como experiência curricular inovadora no campo das ciências exatas.

#### **4. DISCUSSÕES E RESULTADOS**

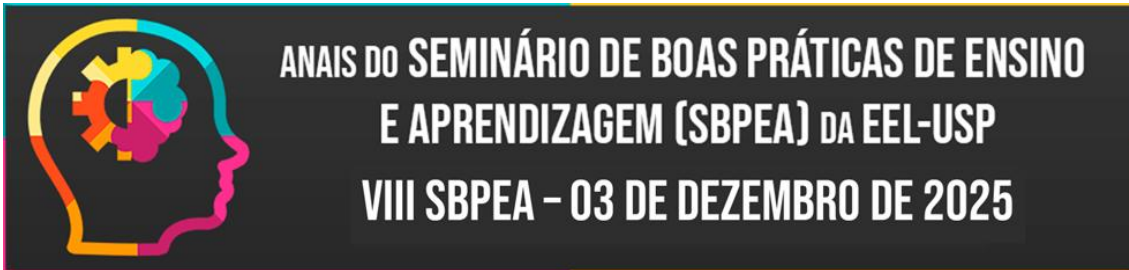
##### **3.1 Participação feminina na política e na liderança acadêmica**

A análise dos dados evidencia avanços e desafios persistentes na participação feminina na política e na liderança acadêmica no Brasil. Em 2022, as mulheres representavam 52% do eleitorado, mas ocupavam apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 13% no Senado, e governavam 11% dos municípios (TSE, 2024; BRASIL, 2022). No plano da liderança nacional, desde a implementação do voto feminino, apenas uma mulher foi eleita presidente da República (Dilma Rousseff, 2011–2016), e nenhuma presidiu a Câmara dos Deputados ou o Senado.

No Rio Grande do Norte, o cargo de governadora foi ocupado por três mulheres: Vilma de Faria (1995–2002), Rosalba Ciarlini (2011–2014) e Fátima Bezerra (2019–2026), sendo Fátima Bezerra reconhecida por sua atuação na educação pública e políticas sociais. Em 2025, apenas duas mulheres governam estados brasileiros: Fátima Bezerra (RN) e Raquel Lyra (PE).

Natal, capital do Rio Grande do Norte, teve apenas duas mulheres como prefeitas: Wilma de Faria e Micarla de Sousa. Wilma de Faria foi a primeira mulher a ocupar o cargo, governando a cidade por dois mandatos consecutivos, de 1997 a 2004. Ela foi eleita pelo voto popular, destacando-se por sua atuação política e administrativa. Por outro lado, Micarla de Sousa assumiu a prefeitura em 2009, mas não concluiu seu primeiro mandato, sendo afastada do cargo pela Justiça em 2012.

No âmbito acadêmico, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) apresenta um panorama de representatividade ainda limitado. A instituição teve apenas uma reitora mulher até hoje, Ângela Paiva Cruz, que exerceu dois mandatos consecutivos entre 2011 e 2019. Sua vice-reitora no primeiro mandato foi Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes, formando uma chapa exclusivamente feminina, um



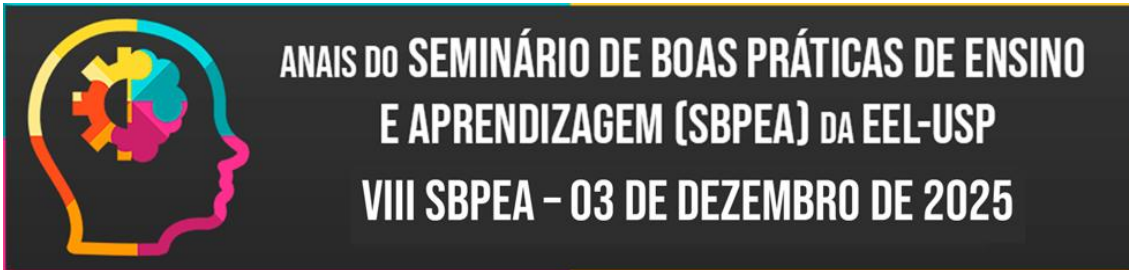
marco histórico para a universidade. Antes disso, Ângela também atuou como vice-reitora na gestão de Ivonildo Rego, experiência que contribuiu para sua trajetória de liderança.

No quadro da Escola de Ciências e Tecnologia (ECT/UFRN), desde 2023, os cargos de diretora e vice-diretora são ocupados exclusivamente por mulheres (Kaline Souto de Melo Viana e Amanda Melissa Damião Leite, mandato 2023–2027). Essa composição inédita simboliza um avanço significativo na representatividade feminina nos níveis mais elevados de decisão institucional. A gestão feminina evidencia a quebra de padrões androcêntricos tradicionalmente observados nas áreas de ciência e tecnologia e reforça a importância da representatividade como lugar de fala, em consonância com os princípios de inclusão e equidade defendidos pelos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). A UFRN desenvolve diversos projetos que promovem a inclusão, equidade e empoderamento feminino, reforçando a articulação entre educação, ciência e representatividade.

Do ponto de vista da teoria de gênero, a representatividade envolve mais que presença numérica; trata-se do reconhecimento das vozes, experiências e perspectivas femininas em espaços de decisão (Butler, 1990; Cabral, 2015). O conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017) evidencia que o acesso aos espaços de liderança deve considerar desigualdades históricas e sociais, sendo fundamental para consolidar políticas mais inclusivas e inovadoras.

### **3.2 Participação feminina na educação e nas ciências**

No campo da educação e da ciência, observa-se crescimento gradual da presença feminina em cursos de graduação e pós-graduação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), embora ainda minoritária (Cabral, 2015; Haraway, 1988). Em cursos de ciências exatas e engenharias, a participação feminina permanece abaixo de 30%, refletindo barreiras históricas e culturais associadas a estereótipos sobre competências técnicas e racionalidade (Cabral, 2015; Santos, 2006).



Historicamente, mulheres foram afastadas de posições de liderança científica, especialmente em áreas como engenharia, física, química, biologia, matemática e computação. Cabral (2005) enfatiza que essas restrições não são naturais, mas resultado de construções sociais e culturais, reforçadas pela dicotomia entre razão e emoção.

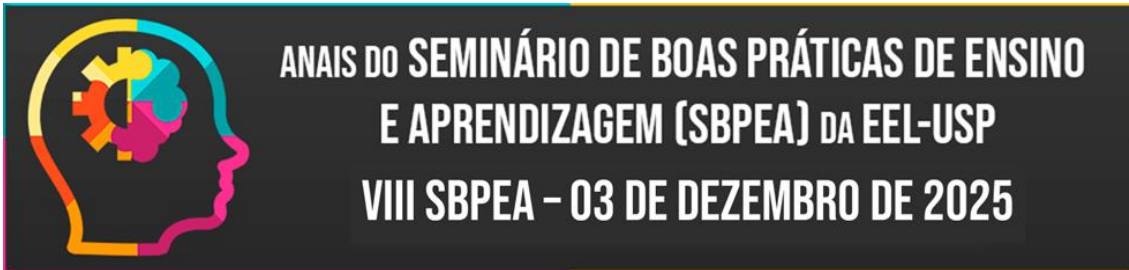
A inclusão de mulheres na ciência contribui para diversificação epistemológica e inovação, alinhando-se à perspectiva dos Estudos CTS, que consideram ciência e tecnologia como práticas sociais situadas (Haraway, 1988; Santos, 2006). Políticas afirmativas, programas de incentivo e estímulo à liderança feminina são instrumentos essenciais para ampliar a representatividade em cursos STEM e em cargos acadêmicos de decisão.

Os resultados evidenciam que, embora o voto feminino e políticas públicas tenham avançado, a equidade de gênero plena ainda não foi alcançada. Barreiras históricas, institucionais e culturais limitam a ascensão feminina a cargos de liderança, tanto na política quanto na academia e na ciência.

A integração entre gênero, CTS, representatividade e políticas afirmativas mostra que a equidade depende de ambientes inclusivos, valorização das experiências femininas e ampliação de oportunidades de liderança. O fortalecimento da presença feminina é, portanto, condição estratégica para construir uma sociedade democrática, inovadora e socialmente justa (Lombardi, 2005; Franceschet, 2005; Krook, 2010).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os 93 anos do voto feminino no Brasil representam um marco histórico de conquistas civis e políticas, mas também evidenciam a persistência de desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Apesar do avanço quantitativo da participação feminina no eleitorado e em espaços acadêmicos, a presença de mulheres em posições de liderança política e científica ainda é restrita, especialmente em cargos máximos de decisão, como presidência da República, da Câmara dos Deputados e do Senado. Esse panorama



demonstra que a equidade de gênero não se limita à participação formal, exigindo transformações culturais, institucionais e sociais mais profundas.

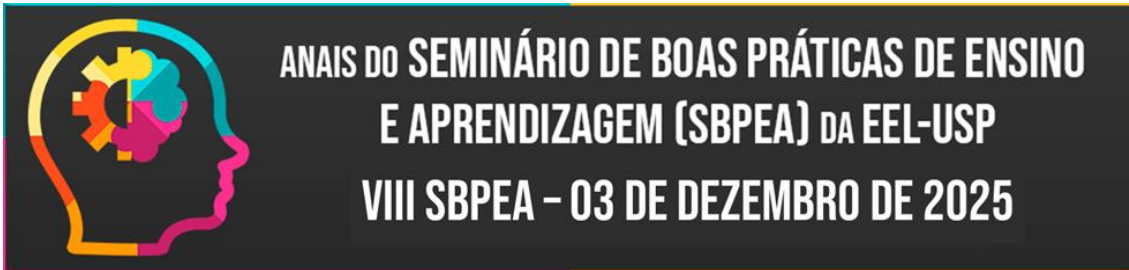
No campo educacional, a presença feminina nas ciências exatas, engenharias e tecnologias avança gradualmente, mas permanece minoritária. A experiência do Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) revela um caminho inovador ao incorporar, em sua proposta curricular, discussões sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), evidenciando o papel da mulher, seu empoderamento e as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento científico. Essa abordagem interdisciplinar amplia o alcance dos Estudos CTS ao reconhecer que a ciência é uma prática social situada, marcada por disputas simbólicas e pela presença de sujeitos historicamente marginalizados (Haraway, 1988; Santos, 2006).

Nesse contexto, políticas afirmativas, acesso equitativo à educação e ambientes institucionais inclusivos são essenciais para fortalecer o protagonismo e a liderança feminina nas ciências e na política. A análise do lugar de fala e da representatividade reforça que a equidade depende da valorização das experiências e perspectivas das mulheres, bem como do reconhecimento das desigualdades históricas que estruturam o campo científico e social (Cabral, 2015; Ribeiro, 2017).

Assim, integrar gênero, CTS e políticas públicas educativas constitui estratégia essencial para consolidar uma sociedade mais democrática, inovadora e justa, na qual a ciência, a tecnologia e a política reflitam a pluralidade de vozes, experiências e saberes. Avançar na equidade de gênero exige não apenas leis e direitos formais, mas também a transformação das estruturas simbólicas e práticas que, historicamente, limitaram o papel das mulheres nos espaços de poder e decisão.

## **REFERENCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.



BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Dispõe sobre o Código Eleitoral, assegurando o direito de voto às mulheres. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 24 fev. 1932.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007.

BRASIL. **Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927.** Autoriza as mulheres a exercerem o voto no estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial do Estado do RN, Natal, 25 out. 1927.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas eleitorais 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity.** New York: Routledge, 1990.

CABRAL, C. G. **Os Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia no Brasil: reflexões sobre estilos e coletivos de pensamento.** Revista Ártemis, v. 20, p. 76–91, 2015.

FRANCESCHET, S. **Women and politics in Chile.** Women & Politics, v. 27, n. 1, p. 1–27, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

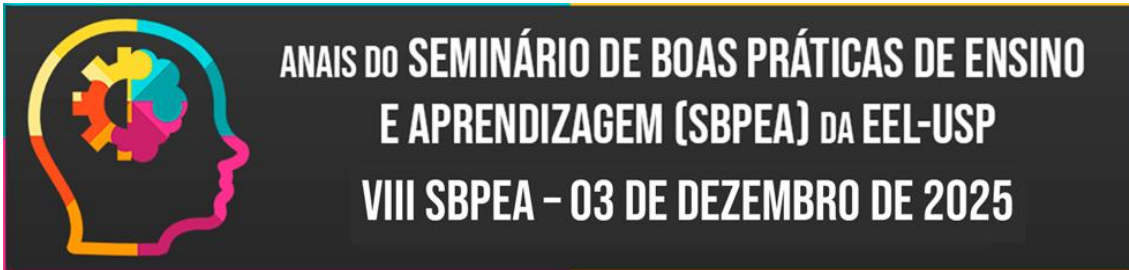
HARAWAY, D. **Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective.** Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

KROOK, M. L. **Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

LOMBARDI, M. R. **Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina.** 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MACÊDO, J. I. A. **Tapeçaria textual em um universo de retas e curvas: um estudo (auto)biográfico.** 2022. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MACÊDO, J. I. A.; GONZÁLEZ, F. E. **Docentes mulheres na coordenação do Bacharelado em Ciências & Tecnologia: entre conquistas e desafios.** Research, Society and Development, v. 8, n. 8, p. 1–13, 2019.



RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRN. Escola de Ciências e Tecnologia. **Passos lentos: o progresso na equidade de gênero em ciência e tecnologia.** Natal: UFRN, 2023. Disponível em: <https://www.ect.ufrn.br/passos-lentos-o-progresso-na-equidade-de-genero-em-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 11 out. 2025.

UFRN. **Resolução nº 083/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), 27 de maio de 2008.** Cria o Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT). Natal: UFRN, 2008.